O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 12 | Nº 34 | Boa Vista | 2022

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7150808

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

PRÁTICAS (NEO)LIBERAIS EM MOÇAMBIQUE E O NOVO PRAGMATISMO POLÍTICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Cleiton Fernando Pinto Celestino[1]

Resumo

Nos estudos sobre o neoliberalismo, mais fundamental que as características mais evidentes do pensamento, podem se desvendar factos relativos a praticabilidade política que provocaram procuras incessantes por soluções sobre a correcta forma de gerenciar a liberdade para uma convivência mais saudável nos níveis económico, social e político. Por isso, procuramos nele entender, os mecanismos da praticabilidade política para o desenvolvimento social em Moçambique, e a relação que as políticas de Moçambique têm com os novos modelos de desenvolvimento social ligados às componentes neoliberais. Metodologicamente, procuramos dados numéricos e estatísticos que espelham a realidade moçambicana, auxiliados por análise documental e bibliográfica. Entendemos, os problemas contidos no (neo)liberalismo como criadores de um síndrome político transformado em tradição e que se foca na vulnerabilização do sistema político, na construção ideológica de tudo estar no caminho ideal, como, na perpetuação ideológica de que a sociedade moçambicana tem uma característica vulnerável e de incapacidade de fazer mudanças profundas de prosperidade. Adicionalmente, entendemos que o medo de libertar o quadro político, a sociedade, e o medo de impor ordem às instituições das quais Moçambique é dependente, reside nos corações de muitos políticos moçambicanos e no coração de maior parte da sociedade moçambicana.

Palavras chave: Desenvolvimento; Liberalismo; Neoliberalismo; Prática Política.

Abstract

In studies of neoliberalism, more fundamental than the most evident characteristics of thought, facts relating to political practicality can be revealed that have led to incessant searches for solutions on the correct way to manage freedom for a healthier coexistence at the economic, social and political levels. Therefore, we try to understand in it the mechanisms of political practicality for social development in Mozambique, and the relationship that Mozambique's policies have with the new models of social development linked to neoliberal components. Methodologically, we looked for numerical and statistical data that mirror the Mozambican reality, aided by documentary and bibliographic analysis. We understand, the problems contained in (neo)liberalism as creators of a political syndrome transformed into tradition and that focuses on the vulnerableization of the political system, in the ideological construction of everything being on the ideal path, as, in the ideological perpetuation that Mozambican society has a vulnerable characteristic and inability to make profound changes of prosperity. In addition, we understand that the fear of freeing the political framework, society, and the fear of imposing order on the institutions on which Mozambique is dependent, lies in the hearts of many Mozambican politicians and in the hearts of most Mozambican society.

Keywords: Development; Liberalism; Neoliberalism; Political Practice.

INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre o neoliberalismo mais fundamental que as características mais evidentes do pensamento, podem se desvendar factos relativos à praticabilidade política que fizeram caminhar a humanidade desde séculos, envolvendo-a em discussões que diariamente geram conflitos e controvérsia nos diferentes pontos do globo, entre académicos e até certo ponto entre gente que não entende o que é

[1] Docente da Universidade Lúrio (UniLurio), Moçambique. Mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Rovuma. E-mail para contato: tonycleit@gmail.com

exigir uma liberdade ou discutir a forma como se deve praticar a política liberalizante. As procuras incessantes por soluções sobre a correcta forma de gerenciar a liberdade conduziu os intelectuais clássicos e contemporâneos a diversificadas conclusões e suposições.

A razão colectiva da sociedade actual, sente-se na responsabilidade, ainda que em certos casos limitada, de lutar pela liberdade da qual todos entendem ser uma dádiva da natureza. Essas constantes reflexões fazem com que, com frequência se ouça pelos meios de comunicação, pelas ruas, nos transportes de passageiros, nas barracas e restaurantes, no sector de trabalho e até no encontro retirado individual, o desejo constante de ser livre. O mundo enquanto sociedade envolveu-se num constante debate que se resume na liberalização da liberdade retida no cérebro político, para o bem-estar social e individual.

Porém, a preocupação apaixonada e apaixonante com os sabores oferecidos pela liberdade, faz consigo brotar problemas que minam o destino da própria humanidade. Assim, os problemas políticos reais que surgem, colocam a liberdade vantajosamente pairando nas mãos dos que podem tê-la, ela flutua nas mãos dos que conseguem invadi-la ou manipula-la. Em outros termos, a vocação colectiva da sociedade em tornar a liberdade como um tesouro não politizado para todos, fracassa-se e sucumbi nas mãos dos "mais espertos" – geralmente os políticos. A liberdade nesse contexto, é apoderada como se fosse algo privado de alguém que se sente mais especial que os outros. Os invasores dela, apoderam-se dela por força, usando a opressão, o poder, a força física, a retorica, a política manipulativa e até mesmo a posição social, para esmagar os outros, assim como, para a obliteração dos princípios fundamentais dos quais sem a sua manipulação e sem o envolvimento do cérebro político, se revelaria dona de ninguém e serviria as intensões e causas mais justas de cada individuo e sociedade. Nestes moldes, o desenvolvimento individual, social, económico e político em certos contextos como o moçambicano, fica somente para os que mais esperteza ou maquiavelismo sabem usar.

As injustiças, a corrupção, a distinção entre pobre e rico entre outros males, minam o curso normal de um sistema político onde os povos sentem-se sempre menos bem governados ou com governos sem ideias, nem capacidades de levá-los a bom fim (NGOENHA, 2013).

É a partir deste desconforto e de desenvolvimento social que está assentado o nosso problema que objectiva perceber a relação existente entre as políticas neoliberais e as políticas do Estado moçambicano num contexto de prática política para o desenvolvimento da sociedade.

OPÇÃO METODOLÓGICA

O estudo foi conduzido em sete (7) províncias do território moçambicano em 2020. Na zona sul do país, o estudo foi conduzido nas províncias de Maputo e Inhambane, no centro do país, a pesquisa

aconteceu nas províncias de Tete, Manica e Sofala, e na zona norte, nas províncias de Niassa concretamente em Lichinga, e em Nampula concretamente na cidade de Nampula e no distrito da Ilha de Moçambique. Em Maputo a pesquisa encontrou comerciantes da cidade de Maputo, e na província de Inhambane focou-se mais no distrito de Jangamo, enquanto que em Sofala aconteceu na cidade capital (Cidade da Beira). Em Tete foi no distrito de Angónia e a cidade de Tete, e em Manica na vila sede do distrito de Gondola e na cidade capital Chimoio. Portanto, sete (7) províncias foram o nosso campo principal de actuação por motivos diversificados que tem a ver com as características económicas, geográficas, políticas e sociais de cada uma das províncias e regiões escolhidas. Entretanto, as restantes três províncias não enquadradas na pesquisa, são consideradas como de forma generalizada, províncias com características que se encaixam com as características das províncias por onde a pesquisa foi desenvolvida.

Assim, as províncias de Nampula, Sofala, e Maputo serviram de modelo pelo nível de crescimento económico nas suas capitais províncias (embora diversificado), e acima de tudo por serem as províncias que representam o país em termos de concentração de maior parte dos serviços sociais económicos e políticos. A província de Niassa, foi um ponto focal para a pesquisa pela sua localização, e pelos diversos problemas económicos e sociais até mesmo políticos que apresenta. As províncias de Tete, Manica, e Inhambane embora com características diversificadas, serviram de representantes das variadas realidades socioecónomicas e políticas em todo o país.

Devido à difusão internacional da pandemia da Doença do Coronavírus 2019 - Covid-19 (SENHORAS, 2020; 2021), a pesquisa aconteceu em certos casos e somente com os docentes universitários, via online através da partilha de *link*. E, mesmo quando feitas presencialmente as respostas ao questionário foram preenchidas em plataformas online, concretamente a *google forms*. O método quantitativo e qualitativo tem sido adaptados para a pesquisa online. Entrevistas por email ou através de outros meios virtuais, pesquisas de levantamento online e etnografia virtual são agora parte do *kit* das ferramentas metodológicas dos pesquisadores sociais (FLICK, 2013).

A pesquisa foi na sua maioria acompanhada com observações da realidade por onde foi desenvolvida e para evidências imagens foram captadas. Para além, das observações foi também assegurada por dois questionários semiestruturados diferentes, sendo um para os comerciantes e o outro para os académicos. Importa lembrar, que o questionário pode ser classificado de duas maneiras.

> os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto-aplicados. Quando, porém, as questões são formuladas oralmente pelo pesquisador, podem ser designados como questionários aplicados com entrevista ou formulários (GIL, 2008).

Nesse sentido, o nosso questionário foi da segunda categoria. E, porque tinha de se aproveitar a forma mista de pesquisa da melhor forma, num período relativamente reduzido, foi possível atingir um número considerável de pessoas escolhidas para o estudo assim como permitir que eles se encontrassem confortáveis com o tipo de questões que achavam necessárias responderem.

Participantes do Estudo

A pesquisa abrangeu um número total de cento e cinquenta e oito comerciantes entrevistados e distribuídos nas diferentes províncias do país, conforme ilustra a tabela 1:

Tabela 1 - Número total de comerciantes entrevistados

Nacionalidade do Entrevistado			Local da Entrevista							Total
			Niassa	Nampula	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Maputo	
Moçambicano	Sexo	Masculino	3	26	3	19	16	6	26	99
		Feminino	1	16	0	0	8	6	7	38
	Total		**4**	**42**	**3**	**19**	**24**	**12**	**33**	**137**
Estrangeiro	Sexo	Masculino	1	10	0	0	2	0	4	17
		Feminino	0	2	0	0	0	0	2	4
	Total		**1**	**12**	**0**	**0**	**2**	**0**	**6**	**21**
Total	Sexo	Masculino	4	36	3	19	18	6	30	116
		Feminino	1	18	0	0	8	6	9	42
	Total		**5**	**54**	**3**	**19**	**26**	**12**	**39**	**158**

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de Campo.

No entanto, três dos entrevistados que não estão incorporados no grupo dos comerciantes e que não estão no quadro acima, são docentes universitários do sexo masculino entrevistados na cidade de Nampula. Neste contexto, foram entrevistados cento e sessenta e uma pessoas, entre comerciantes e docentes universitários.

Portanto, o nosso grupo alvo foram comerciantes e docentes das províncias acima mencionadas, com uma amostra de 161 pessoas descriminadas por província conforme a tabela acima referenciada.

INTENÇÃO E CONTRARIEDADE (NEO)LIBERAL

O acúmulo histórico do liberalismo mostra essencialmente contextos pelos quais o conhecimento e o encontro com realidades como o sucesso e fracasso, se expuseram imprescindivelmente como características fundamentais para a construção de uma sociedade cada vez melhor. Mas, à medida que se mergulha nas literaturas que se dedicam em prestar as categorias analíticas do liberalismo, com mais facilidade e de modo único pode-se entre as linhas dessas análises desvendar o aspecto menos comum,

que apontam para o liberalismo como uma expressão de sentimento nascido nas ruas ou nos redutos onde a minoria ou a maioria dos espezinhados se encontravam para reflectir sobre as suas vidas em comparação com a dos seus senhores.

É esta história, que nos revela a dimensão originária e evolutiva do liberalismo em neoliberalismo e a sua colocação como uma ideologia que surgiu no meio dos *estranhos* e que se opunha a todo o tipo de desprezo social, ou de manipulações sociais, políticas e seguramente até mesmo económicas. Considerando os factos narrados a partir do ponto de vista histórico por maior parte de intelectuais, encontra-se que o maior glamor do liberalismo centrava-se no desejo pelo "[…] progresso, racionalismo, ciência, secularismo, e capitalismo, em oposição ao obscurantismo, tradição, privilégio e prejuízo" (GAMBLE, 2011, p. 356).

Se, de um lado, nesse processo de criação de novos paradigmas liberais, o medo apoderava-se dos que tinham encontrado vantagem no meio de muitos não avantajados, do outro lado, o liberalismo lutava para restaurar os fundamentos primordiais de toda não hipócrita convivência entre a raça humana. Em outros termos, a forma liberal inicial era uma forma de luta pelo restabelecimento da justiça numa sociedade que estava prejudicada pelas injustiças e pelos obscurantismos, pela tradição exploratória e pela vulnerabilidade construída. Neste ponto, encontramos a essência de toda a moldura (neo)liberal, que se expressa na condição existencial de trazer a luz, o sorriso, a união e acima de tudo a fraternidade para todos os indivíduos. Para isso, a missão é completamente confiada aos políticos que a posteriori com as suas características políticas, conduziram o desejo inicial do liberalismo para caminhos que interessaram na generalidade a atenção da política, especialmente a política manipulativa.

Desafiado pela falibilidade, inconsistência e os absolutos promíscuos relacionamentos entre os homens, o liberalismo, ao longo do seu momento evolutivo, se desviou de uma vocação que remotamente era de uma luta por um lugar onde o centro de tudo seria o respeito pelos limites e vontades de cada individuo, para uma forma mais harmonizada em políticas e discursos retóricos que se alinhavam indubitavelmente ao estilo de governo que se pretendia formar pela mão política, em oposição à vontade da mão social.

O desvanecimento da natureza libertária do homem e da sua luta por uma vida melhor, conduziu a opinião de Mises (2005: xii) a fundamentar que "[…] o liberalismo foi construído pelos filósofos, sociólogos e economistas, como um programa político que serviria como um guião para a política social […]", por isso, ficou no poder dos espertos políticos e governantes, ou líderes. Mas por definição, o liberalismo ficou conhecido como "[…] um programa de adesão aos princípios de individualismo, liberdade, governo limitado, progresso e igualdade" (GAMBLE, 2011, p. 355).

Assim, as contrariedades em torno da originalidade do liberalismo não impediram que o sentimento ou programa crescesse até os anos 1930 Gamble (2011, p. 419) e Ritzer (2010, p. 110) ou 1938 André (2011, p. 2) como uma teoria distinta que receberá o nome de neoliberalismo e que defendia a ideia do laissez-faire, e que se alinha a ideia de mercado socializado.

Dado que o princípio estava definido, o liberalismo, passou a ser um programa que percorreu os continentes, os países, as províncias e cidades, até as aldeias. Voluntaria ou involuntariamente, o globo ficou definitivamente liberal. Mises (2005, p. xii-xiii) e Kekes (1997, p. 1-2), atestam que o liberalismo "[…] espalhou se para o continente Europeu e mais adiante para todas as partes do globo". Adicionalmente, Kekes (1997, p. 2), comenta que o liberalismo também "[…] espalhou a sua oposição aos divinos direitos das monarquias, aos privilégios aristocráticos derivados dos períodos feudais, e depois para todas as formas de opressão, seja aos Czaristas na Rússia, Otomanos na Turquia, a União Comunista Soviética, os fascistas na Espanha e na Itália, os Nazis na Alemanha, ou a Grécia dos Coronéis".

Infalivelmente, o liberalismo, mais fundamental que um simples sentimento social e humano, ou um simples programa, tornava-se numa espécie de mercado ou numa representação ideológica comercial que ganhava espaço de forma confusa, pois as reais intenções do conceito de liberdade que propagava eram misturadas e não clarificadas pela arte política.

Portanto, independentemente da forma como cada região, povo, ou nação recebia o liberalismo, a percepção fundamental era de que o liberalismo se comprometia em quebrar a antiga ordem social para uma realidade social actual fundada em:

> […] um particular conceito da natureza humana, baseada na crença da primazia da moral do individuo como o ponto inicial para pensar sobre a política e a sociedade; a validade igual da moral em cada individuo, independentemente da classe, nação, género ou raça, e a possibilidade de melhorar as condições e a reforma das instituições políticas (GAMBLE, 2011: 355).

Portanto, a luta por uma vida melhor ao longo da história do crescimento do liberalismo foi alcançada graças a intervenção daqueles que se sentiam desenquadrados, injustiçados, infelizes e míseros. Neste contexto, o liberalismo surge como diz Gamble (2011, p. 355-356), "[…] das revoluções", como uma reacção a desfavorável forma de administrar os destinos e as intenções de uma sociedade comprometida com o progresso, a evolução, o desenvolvimento. Em suma, o liberalismo surge como um *contra-ataque* às forças prejudiciais de administração da sociedade, e às forças que procuram interferir no curso normal da liberdade e felicidade humana.

POLÍTICAS MOÇAMBICANAS APÓS A INDEPENDÊNCIA

Descrever os eventos que prejudicaram Moçambique e desviaram o curso normal de desenvolvimento do país depois da independência, é imperioso para perceber toda a história neoliberal em Moçambique. Adicionalmente, entender pelo menos em parte as instituições responsáveis pela disseminação e pela radicalização do modelo neoliberal em Moçambique é absolutamente relevante. Mencionar as organizações mundiais como as Instituições da Bretton Woods (IBWs), o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) ajuda a perceber a situação política moçambicana na actualidade.

O novo Moçambique: Socialista por Adopção

Consideramos, o novo Moçambique, àquele que se livra da guerra com Portugal através da independência em 1975. Este era um período em que, embora livre do colono como fora proclamado, Moçambique era a continuação de um lugar escravizado, desorientado e acima de tudo incapaz pela sua própria força, devido ao simples facto de que ainda mais trabalho era necessário para tirar o país da miséria, do analfabetismo, e de outros males sociais que consumiam os moçambicanos. Adicionalmente, pelo facto de que os moçambicanos na generalidade continuavam dependentes de vários países do bloco socialista que canalizavam um pouco de apoio ao país. Alias, Florentino (1999: 92) aponta que:

> quando Moçambique se tornou independente, muitos portugueses abandonaram o país, destruindo o que podiam antes de partir. Mataram o gado, queimaram maquinaria, e deitaram cimento em poços de elevadores de prédios em construção, em vez de deixarem o país com alguma coisa por eles legada.

Nesse caso, definitivamente os portugueses deixaram Moçambique mais sujo, mais desordenado e com uma imagem de desespero do que era muito antes do ano 1505 quando Portugal entrou em Moçambique. Os portugueses deixaram Moçambique triste e frustrado. Os portugueses abateram a auto-estima de Moçambique, destruíram as antigas confianças entre famílias, aldeias, comunidades, etc. Moçambique nessa altura tinha como guia o governo da FRELIMO representado por Samora Moisés Machel que acabara de ser Presidente da República mesmo em 1975.

Nessa altura, Moçambique queria sair dos males que o destruíam. Por isso, adoptar um modelo estratégico de desenvolvimento social, para impulsionar o desenvolvimento, era uma forma mais sabia de colocar os moçambicanos com esperança. Diante do mundo, os moçambicanos empenharam-se que até como descreveu Hans & Nilsson (1994, p. 6-7), “grande parte das obras escritas naquela época sobre

o desenvolvimento económico e político tinham uma posição positiva e solidária de base sobre a visão de desenvolvimento socialista da FRELIMO e frequentemente os escritores apoiavam os esforços de modernização da FRELIMO".

Embora, mergulhados num modelo de desenvolvimento, por onde a cada amanhecer depositava-se a esperança do futuro progresso, os moçambicanos, não tinham pouca experiência para desenhar seus próprios projectos de mudança das condições de vida social, política e económica que melhor os representassem e que mais desejavam. Consequentemente, a sua sujeição e aceitação a todo estilo de ajudas vindas de fora e de modo especial dos países que partilhavam a mesma visão política, era uma característica incontornável.

Basicamente, o pensamento que revolve a história de 1975 e a dos anos a seguir a este período, representa uma era do começo de uma longa história de batalha pelo desenvolvimento, progresso e crescimento, que por razões justificáveis em muitos casos, envolvia cautelosas formas de construção de amizades e confianças com o exterior, e certamente envolvia também, trabalho duro rumo ao lugar onde hoje Moçambique se encontra em termos políticos, económicos e sociais.

Embora, muitos escritores na época, dessem muito apoio ao governo socialista, a experiência denuncia que Moçambique não foi feliz com este modelo. E, ligado a estes fracassos, males ainda piores chegaram (como é o caso da fome e da degradação sociopolítica e económica da época). As reflexões até este estágio, sugerem que mesmo com a independência, tudo parecia irreal, ou uma coisa imaginária, uma utopia.

Em outros termos, concretamente os ensinamentos até então, transmitem a ideia de que as crises que os moçambicanos tinham abraçado, vislumbravam motivos palpáveis da sua existência. Em primeiro lugar segundo a fundamentação de Florentino (1999), na qualidade de um país socialista, os moçambicanos, na maior parte das vezes somente podiam contar com o apoio da "União Soviética, de Cuba, Alemanha Oriental, e outros estados alinhados com Moscovo (FLORENTINO, 1999, p. 91)". Os argumentos que acabamos de citar revelam profundamente que os países que Florentino (1999) menciona tinham alguma consideração com os regimes de modelo socialista. Este aspecto, afastava indubitavelmente Moçambique de maior parte dos países mais industrializados, desenvolvidos, assim como, de organizações com maior poderio económico tais como o FMI e o BM, cujo a sua filosofia fundamentava-se na aderência ao modelo (neo)liberal.

Em segundo lugar, a dependência económica dos moçambicanos e a sua dependência total ao regime socialista, fazia com que eles evitassem ao máximo outras formas de contractos e confianças internacionais que fossem capazes de os abrir caminhos ideais para a melhoria do estilo de vida social, económica e política que tinham como idealização. Os problemas que envolvem a natureza dessa

limitação moçambicana, não somente dependiam da vontade moçambicana, mas também, e em grande parte, foi o facto de que o mundo já tinha sido dividido em dois eixos – de um lado, um eixo socialista e do outro lado, um eixo não socialista, ou seja, liberal. Ngoenha e Castiano (2019) fundamentam que, "os únicos países que podiam ajudar e fizeram-no (embora sem muitos resultados satisfatórios) foram os países socialistas. Este fenómeno condicionou e obrigou Moçambique a alinhar-se numa via não endógena e até contrária as suas culturas".

E, em terceiro lugar, mesmo se os moçambicanos tivessem a vontade de mudar de regime, a autonomia insuficiente na tomada de decisões e o fraco conhecimento dos mecanismos da política externa e internacional, não os permitia abandonar bruscamente os velhos amigos socialistas em busca de poucos conhecidos novos amigos não socialistas. Porém, embora as limitações fossem tantas, as ambições em querer construir novas amizades com os blocos não socialistas, eram demasiadas. Este último pormenor desencadeou uma busca por países cujo modelo político defendia a política do livre comércio.

Portanto, o novo Moçambique estava politicamente desestruturado. E foi por isso que, "o socialismo de Moçambique em 1975 foi resultante de uma conjuntura dos conflitos da história-mundo. Não havia alternativa, nem durante o processo de luta armada nem durante a primeira década da independência" (NGOENHA; CASTIANO, 2019, p. 47).

Com esta conjuntura de conflitos e da própria incerteza de Moçambique, no que diz respeito ao modelo adequado para o desenvolvimento, Hans e Nilsson (1994, p. 46) descreveram que "o desenvolvimento económico depois de 1981 demostra uma tendência decrescente, mensurável através da diminuição de receitas da prestação de serviços à África do Sul e do decréscimo das exportações". Desta forma, o novo Moçambique, é um Moçambique politicamente incoerente e socialmente desconfigurado dado ao volume elevado de infortúnios que passava.

Moçambique (neo)liberal

Na teoria neoliberal e nos reajustes estruturais (RE) os indivíduos esperam que as políticas do seu Estado, funcionem plenamente oferecendo uma forma de vida igual para todos. E, que o Estado somente existe para responder às necessidades de cada individuo membro indescriminatoriamente. A teoria neoliberal propõe um conjunto de ideias que permitem que os processos financeiros, como as taxas, o controlo do mercado, as trocas comerciais, inflacções, etc., sejam partilhados com uma intervenção moderada da mão estadual, para permitir que o mercado se propague e cresça ao seu ritmo e segundo a capacidade de criação ou criatividade de cada individuo participante desse processo.

Neste sentido, com a criação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), Moçambique transita de modos de acumulação socialista para os modos de acumulação capitalista virados às propagandas das teorias do livre comércio, e da liberdade do individuo como progresso do seu próprio esforço. Os argumentos de Hans e Nilsson (1994, p. 49) sustentam ainda que "em 1987 o governo moçambicano conseguiu um acordo com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a forma final do programa".

Em uma conversa conduzida por Joseph Hanlon (1997), Dom Manuel Vieira Pinto na altura Bispo de Nampula, afirmara que "Moçambique tinha passado de um colonialismo para um outro colonialismo mais forte; […] Moçambique estava ameaçado politicamente, economicamente e culturalmente sendo as principais ameaças o BM e o FMI (p.1)". Os Programas de Reajustes Estruturais, os acordos apressados, e a aderência aos modelos de liberdade económica, ou seja, de livre comércio, foram como sustenta Ngoenha (2013) "equívocos, incompreensões e atrasos". Estes três elementos ofereceram a Moçambique, nos anos subsequentes, sabores que revelaram uma segunda dominação política, económica e social.

Hanlon (1997, p. 152) explica que "por volta de 1988, metade da população urbana e um terço da população rural era absolutamente pobre". De um lado porque "as súbitas desvalorizações do metical combinadas com massivos aumentos de preços fixos, fizeram subir em flecha o custo de vida" (HANLON, 1997: 178). Dentro desse processo de subida de custo de vida e de aumento de níveis de pobreza, há quem conseguia sobreviver ou sair-se bem, transformando-se em patrão dos seus compatriotas. Hans e Nilsson (1994, p. 65), sustentam que "[…] a transformação política implicou sobretudo uma alteração no sistema político, e as modificações na política económica não conseguiram satisfazer as exigências das famílias camponesas e da população rural".

Com o neoliberalismo em acção e o fervente desejo que os moçambicanos tinham de um dia mudar a realidade deprimente que se vivia, proporcionaram condições inimagináveis para que esse desejo se alargasse mais uma vez, e desta vez com a mexida da Constituição de Moçambique. Hans e Nilsson (1994, p. 66) apontam que:

> a primeira proposta de alterações à constituição moçambicana foi apresentada em 1988. Essa proposta consistia em pequenas mudanças no âmbito do sistema político existente e não levou a um grande debate. Em janeiro de 1990 foi apresentada uma proposta de mudanças muito mais abrangentes. Essa proposta foi discutida frequentemente durante todo o ano nos meios de comunicação e em reuniões nos locais de trabalho e instituições de todo o país.

Este comportamento político mostrou que Moçambique era um Estado completamente adquirido. Na visão de Hobbes (1983, p. 2):

> um Estado por aquisição é aquele onde o poder soberano foi adquirido pela força. E este é adquirido pela força quando os homens individualmente, ou em grande número e por pluralidade de votos, por medo da morte ou cativeiro, autorizam todas as acções daquele homem ou assembleia que tem em seu poder suas vidas e liberdades.

Ngoenha e Castiano (2019) apontam que, a desolação do país tem a ver com a nossa incapacidade de encontrar soluções […] o grande desafio, portanto é trazer a ordem de moralidade; o socialismo proclamado por Samora queria criar a justiça social, mas as liberdades foram privatizadas; mas já na segunda via que é a do liberalismo, […] já existiam liberdades e estas liberdades eram para criar justiça social. Mas, isto fez nascer uma injustiça social.

Por isso, para Ngoenha (2013, p. 83), "os povos se sentem sempre menos governados ou com governos sem ideias nem capacidades de leva-los a bom termo"; por isso, "[…] necessitamos de utensílios teóricos e explicativos para entendermos o fenómeno que temos em frente". Assim, o período depois de 1987 mostrou o que o liberalismo de carácter comercial tinha tornado os moçambicanos conforme aponta Castiano (2018, p. 13) em "consumidores" passivos.

Para fortificar essas relações promiscuas várias organizações internacionais emergiram e doaram massivamente. Moçambique, não esteve fora dessas armadilhas de recepção de organizações cujo o epicentro era a BWs. Instituições como, a International Trade Organization (ITO) surgem para dar reforço a este projecto do Bretton Woods (BWs). Adicionalmente, o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) que foi visto como sendo mais acessível e favorável para os agentes participantes como Moçambique. O GATT se focava mais no comércio de bens, para além de se focar também na redução de tarifas. A World Trade Organization (WTO), que se empenhava em garantir que o comércio de serviços fosse bem feito. Estas e mais outras organizações iluminadas pelos talentos do BWs foram emergindo para a infelicidade de muitos países em vias de desenvolvimento. Chang (2007, p. 84) notou que, "nesse contexto, não é coincidência que os países em desenvolvimento tenham vivenciado crises financeiras mais frequentes uma vez que vários abriram seus mercados pelo estímulo dos Maus Samaritanos nos anos 80 e 90".

Estudos apontam que dentro da África várias uniões e vários acordos foram assinados como forma de, segundo o que muitos intelectuais apontam a África se unir, para combater estes males que se revelavam mais fortes a cada momento e arranjar soluções para reduzir a dependência a esta praga de instituições que atracaram o continente.

No caso particular da África Austral, esses acordos culminaram com a criação de uma organização baptizada com o nome de Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A criação da (SADC) tem uma relação histórica com o neoliberalismo, que de acordo com o pensamento

de Castiano (2018, p. 18) "é uma manipulação intelectual que torna difícil a invenção de palavras e utopias que possam ir para além do modelo neoliberal".

Portanto a SADC directa ou indirectamente, sentou-se para perpetuar uma onda de um movimento que já tinha virado o cenário global pelas suas ideologias monetaristas e liberalistas. Nestes termos, Florentino (1999, p. 99), demostra que:

> batendo-se por um pensamento regional, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), anteriormente conhecida como Conferencia para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), teve o seu nascimento na Cimeira de Lusaka, em Abril de 1980. Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, reuniram-se e declararam o compromisso de prosseguir políticas visando a libertação económica e o desenvolvimento integrado das suas economias nacionais.

Esta construção de associativismo taxactivamente revela que a África Austral incluindo os países que até a altura da formação da SADC não tinham se associado, assumiam um dos eixos mundiais que tem a imagem das IBWs. Assim, Florentino (1999, p. 100) descreve que:

> uma das mudanças fundamentais da economia mundial, foi o estabelecimento de blocos comerciais regionais, e a SADC agora juntou-se a outros blocos regionais já existentes como por exemplo, a UE, NAFTA, APEC, ASEAN, LAFTA. Estas organizações, no seu verdadeiro sentido, são a expressão especial de um novo modo de regulação internacional entre os principais actores económicos.

Por causa destes factos, Hofmann (2015, p. 285) entende que "até agora a economia moçambicana não sofreu quaisquer alterações estruturais, significativas. Não houve qualquer transformação económica, apesar de mais de uma década de crescimento económico sustentado". E, Ngoenha e Castiano (2019, p. 56) sustentam que "as instituições só podem ser fortes se forem compostas por homens íntegros e competentes; só podem ser fortes e atraírem respeito e confiança dos cidadãos se não forem promiscuas". Em outras palavras, apesar de tantos esforços de posicionar Moçambique no mapa mundial de países de referência em termos de desenvolvimento, os esforços sempre são anulados, pois, a teia global da construção política, económica e social está fechada e completa só para os países considerados países do núcleo ou do Norte.

MOÇAMBIQUE ENTRE OS DILEMAS POLÍTICOS (NEO)LIBERAIS

Nesta parte, procuramos seguramente perceber o caminho por onde os moçambicanos caminham na contemporaneidade. Lembremos que no período de recepção dos ajustes estruturais e da recepção das diversas instituições, tudo era feito em nome do desenvolvimento e da melhoria de condições de vida

dos milhões de moçambicanos. Era um compromisso socialista no sentido de que o povo, os moçambicanos, a nação, Moçambique, eram os termos usados nesses compromissos Brito (2010). As emoções desses compromissos foram sentidas por todos os moçambicanos. Estes compromissos se opunham completamente a contemplação total do individualismo, do obscurantismo, ao uso do nome dos moçambicanos em vão. Eram compromissos de vitória, de esperança e de força colectiva.

Praticabilidade política em Moçambique

Para entender os caminhos práticos da política enquanto um instrumento de trabalho, em Moçambique, é preciso buscar os lados da sua praticabilidade – o lado interno, ou seja, institucional e o lado externo, ou seja, social. Harvey (2008), já defende a ideia de uma antinomia entre os condicionamentos práticos e teóricos trazidos nas propagandas do novo liberalismo e as suas respectivas consequências.

Por exemplo, a resolução nº 25/98 da Política e Estratégia Comercial (PEC), de 1 de Julho, no seu número três prioriza cinco objectivos dos quais três deles apontam para uma noção de desenvolvimento económico integrado e não selectivo "desenvolvimento económico e humano sustentável"; "erradicação da pobreza" e "redução da dependência do exterior". Entretanto, um relatório do Banco de Moçambique demostra entre os números do seu relatório sobre o Índice de Inclusão Financeira (IIF) desde 2005 até 2018, resultados que revelam que as implementações dos objectivos da Política de Estratégia Comercial acima mencionados não foram de forma igual distribuídos pelo país todo, conforme sugere a tabela abaixo:

Tabela 2 - Evolução do IIF de 2005 até 2018

Província	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
MAPUTO CIDADE	79.81	80.87	82.88	83.67	80.56	81.57	96.34	97.51	100.00	100.00	100.00	100.00	98,59	**98,66**
MAPUTO PROVINCIA	5.82	6.26	7.99	9.52	9.91	10.90	14.49	14.59	13.96	15.63	16.17	16.41	16,84	**16,96**
GAZA	3.13	3.03	4.10	4.63	6.70	6.91	7.00	6.68	7.10	7.52	7.33	6.22	7,24	**7,34**
INHAMBANE	2.61	2.76	3.94	4.49	5.60	5.99	6.30	6.36	6.93	7.18	7.83	7.55	8,21	**8,59**
SOFALA	1.54	1.65	2.39	2.59	3.17	3.82	4.87	4.95	5.69	5.52	5.65	5.03	4,87	**5,06**
MANICA	2.06	2.00	2.62	2.67	3.01	3.15	3.65	3.39	5.50	5.65	6.27	4.92	5,47	**5,33**
TETE	1.71	1.56	2.25	2.35	2.78	3.02	3.79	3.91	4.20	4.68	4.85	4.03	4,13	**4,02**
ZAMBEZIA	0.99	0.98	1.33	1.81	1.79	1.99	2.04	2.14	2.53	2.91	3.13	2.35	2,75	**2,79**
NAMPULA	1.72	1.58	2.00	2.06	2.15	2.40	3.06	3.17	3.75	3.74	3.99	3.73	4,40	**3,82**
CABO DELGADO	1.93	1.90	2.37	1.75	1.94	2.01	2.25	2.35	3.16	3.89	4.16	4.28	4,25	**4,70**
NIASSA	0.82	0.79	0.99	1.09	1.29	1.43	1.40	1.38	1.63	2.03	2.03	1.93	2,36	**2,47**
IIF MOÇAMBIQUE	**9,29**	**9,4**	**10,26**	**10,6**	**10,81**	**11,2**	**13,2**	**13,31**	**14,04**	**14,43**	**14,67**	**14,22**	**14,46**	**14,52**

Fonte: Banco de Moçambique (2019, p. 51).

Porém, o que se pode notar é que independentemente do número dos distritos usados para calcular o Índice de Inclusão Financeira (IIF), os resultados comunicam a mesma mensagem. A Província de Maputo (incluindo Maputo cidade e Maputo Província) apresentam em todos os anos os números mais altos. Em contrapartida, o resto das províncias do país apresentam os níveis mais baixos de todos os tempos.

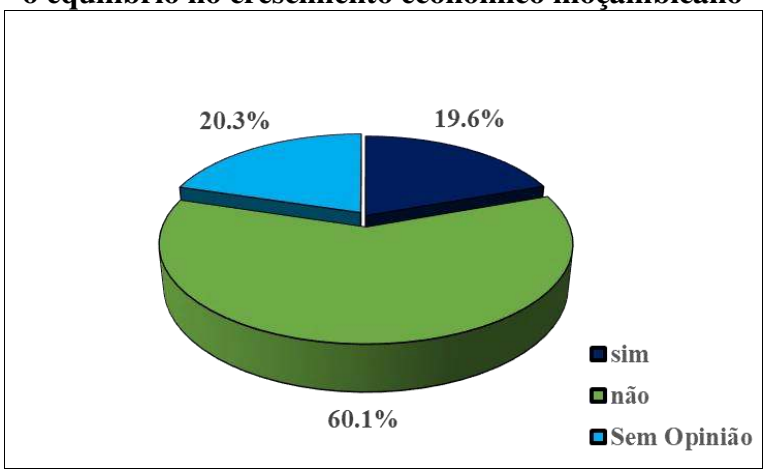
Esta contradição, denuncia até certo ponto as deficiências na prática e/ou implementação das políticas no país. Em concreto, estes factos, revelam a falta de princípios humanos de acolhimento que são características típicas de uma era neoliberal acompanhados pelo espírito oculto do capitalismo individual, que *ipso facto,* trata-se de ausência prática e profunda de maior parte das políticas dos moçambicanos que são acompanhados, em contrapartida, pelo aumento do poder que tem gerado vários desajustes e obscurantismos.

Em outras palavras, tudo é feito em nome do *deus* dinheiro que só aquele que bem entende os mandamentos neoliberais sabe quando é que num determinado sítio existe "*business*" ou não. Diante destas inconsistências das práticas políticas, assistimos no Moçambique hodierno que o espírito de aumento de poder e do individualismo tem crescido constantemente. É possível encontrar dentro do mesmo grupo social uns com a mentalidade de que são os mais privilegiados e escolhidos (os mais poderosos) que outros, por eles possuírem chances imediatas, rápidas, que o resto.

Por exemplo, há um senso comum em Moçambique, que transmite a crença de que maior parte dos moçambicanos acreditam que só em Maputo há mais facilidade de ter o acesso aos serviços mais precisados a nível do país que em qualquer canto do mesmo país. Por isso, na esperança de encontrar algumas dessas crenças, realizamos uma pesquisa que foi direccionada aos comerciantes (formais e informais) em sete províncias do país, assim como académicos de diferentes universidades do país. Uma das perguntas que os nossos entrevistados deveriam responder era relacionada com a sua visão, positiva ou não, sobre o nível de crescimento económico em Moçambique. E, as respostas repetiram o cenário ilustrado acima pelo Banco de Moçambique, conforme se pode observar no gráfico 1, disposto na página seguinte.

À luz dessas observações sobre a inclusão financeira e o equilíbrio económico em Moçambique, alguns académicos moçambicanos pensam que, "há muita corrupção e desigual distribuição da riqueza. Os megaprojectos não beneficiam a sociedade. Beneficiam aos negociadores dos acordos de tais projectos e os proprietários, além disso, há muito desemprego".

Gráfico 1 - Sentimento dos moçambicanos sobre o equilíbrio no crescimento económico moçambicano



Fonte: Elaboração própria.

Um estudo desenvolvido por Weimer e Carrilho (2017, p. 1) descreve que:

> o subdesenvolvimento tem sido uma característica constante de Moçambique nas últimas quatro décadas, havendo actualmente mais de 60% da população (16 milhões de pessoas) a viver em pobreza extrema. Diversas estatísticas e indicadores, como os produzidos pelo Banco Mundial, o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (PNUD, 2016) e estudos recentes (ISS, 2017) documentam a percentagem significativamente elevada da população que não tem acesso a infra-estruturas básicas (água, saneamento e electricidade), tendo o país uma das mais baixas esperanças de vida no mundo. O nível de escolaridade é o mais baixo da região da África Austral e um dos mais baixos do mundo. Apesar de ter solos ricos e recursos hídricos, o país continua a não conseguir alimentar-se, dependendo, portanto, das importações de alimentos.

Há mais, para além de documentos sobre inclusão financeira, igualdade de género, etc.; a Constituição da República de Moçambique (CRM) por exemplo, explica no seu artigo 59, número 1 que "na República de Moçambique (RM) todos têm direito à segurança […]". Porém, este não tem sido sempre o caso. Maior parte dos moçambicanos desde o fim das guerras com Portugal, até mesmo entre a Frelimo e a Renamo, têm vivido constantes e variados modos de inseguranças, que variam desde guerras como é o caso de Cabo-Delgado por homens actualmente associados ao Estado Islâmico, Sofala e Manica por homens supostamente da Renamo, até inseguranças alimentares, de saúde, etc. Esta insegurança até se estende para o período chuvoso, onde se assiste recorrentemente bairros cobertos de água em quase todo o país, estradas que poderão piorar a degradação por causa das chuvas, ou pontes que poderão desabar por causa de falta de qualidade, etc. A insegurança prolonga-se até as instituições: saúde, ensino, segurança, transporte, entre outros.

Portanto, "o que existe aqui e agora sempre são discursos e promessas de que um dia seremos ricos ou atingiremos a riqueza" Brito (2010, p. 59-60). Em outras palavras, são promessas de que um dia, o país terá melhores serviços, melhor educação, saúde, segurança, e sobretudo será livre da guerra.

Essa ideia positivista sempre deixa questões nos que vêem o país com mais de 40 anos e com níveis de pobreza, ou de infraestruturas, ou ainda segurança social, inclusão económica, entre outros campos ainda abaixo do desejado.

A construção ideológica de se ter chegado ao sucesso

A era neoliberal em Moçambique, tem sido acompanhada por uma forma de alegria de que tudo esta feito e está perfeito. E, esse pensamento, determina amplamente a forma como os moçambicanos entendem o desenvolvimento. O que se vê em primeira mão é o conformismo sobre o que se tem. Muitas vezes, infraestruturas, instituições, são inaugurados sem a qualidade desejada. Mas, porque por exemplo o edifício é bonito na hora, associa-se isso a qualidade e consequentemente a ideia de desenvolvimento. Este fenómeno é alimentado de forma profunda por um conjunto de manipulações características do neoliberalismo.

As imagens apresentadas na página seguinte representam e apresentam a qualidade e evolução, o modelo e as características, as condições e os espaços que maior parte desses locais comerciais e não só, em Moçambique se encontram. Para além disso, o conceito de desenvolvimento de acordo com a cidade, distrito e província.

Enquanto, resultados melhores são esperados pela maioria dos moçambicanos, como resultado desses acordos e compromissos, "[…] vive-se o reflexo de um contexto histórico de criação de elites políticas e económicas que se consolidam e fortificam através de *networks* viradas ao sector privado e em particular a investimentos em recursos naturais" Bruna (2017, p. 17). Portanto, tudo é forjado, feito as pressas, adaptado, como se fosse algo feito para estranhos e pessoas sem direitos e nem noção do que é bom ou não. A mafia política atingiu um nível que leva os moçambicanos a confiarem mais nos estranhos que nos próprios moçambicanos. Nestes termos, Hanlon (1997, p. 168) comenta que "de facto Moçambique está envolvido numa total duplicidade em torno da expressão ser dono. […] tanto os doadores como Moçambique sabem que a outra parte está simplesmente a fazer de conta".

Em certa dimensão, não é somente fazer de contas entre doadores e moçambicanos, mas, entre moçambicanos e moçambicanos. O fazer de contas polarizou-se. Fazemos de conta de que temos infra-estruturas com qualidades, que estamos em segurança, que as relações sociais e económicas estão bem e que tudo um dia irá correr bem, que (mesmo com tantas reclamações sobre a corrupção, injustiças, e o mau funcionamento de maior parte das instituições) tudo está bem.

Figura 1 - Desenvolvimento infra-estrutural moçambicano



A) Mercado distrital de Jangamo (Inhambane), pouco frequentado, e pela sua aparência revelando abandono, falta de manutenção, e lentamente em queda, o que m espaço perigoso, e pouco atractivo



B) Mercado central 1 de Novembro, Gondola (Manica), muito movimentado, entretanto, com pouco espaço para albergar toda a mercadoria. Como resultado os comerciantes colocam os produtos ao relento mesmo em frente a estrada nacional número 6, tornando-se num mercado desordenado.



C) Mercado Municipal 1 de Junho (Cidade de Maputo) com aparências de ser um mercado recente, entretanto, interiormente, sem as condições necessárias terminadas (água, divisão de bancas por categorias de produtos, etc



D) Mercado Central de Nampula (Cidade de Nampula) o ambiente mostrando a adaptação que os comerciantes fazem para se adaptarem as realidades comerciais do país.

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de Campo.

A política da vulnerabilidade

A acolhida dos modelos neoliberais em Moçambique, abriu caminho para que muitos moçambicanos desde os dirigentes até os dirigidos, a ficarem mais espertos. Essa esperteza quebrou a importância da relação entre o "Eu" e o "Outro". Quebrou, em outras palavras, o processo de construção de sucesso individual e colectivo. Por isso, cada um procura comer à custa do outro sem se importar com os danos. E todos, tal como na logica do deixa andar vão fazendo dessa realidade política normal, mesmo sabendo que algo não vai bem.

A vulnerabilidade política de que falamos pode ser percebida de vários ângulos. Por exemplo, Weiss (2006, p. 214) menciona dois elementos da fraqueza da Ásia como sendo "[...] políticas ou instituições deficientes ou a combinação dos dois e os mercados financeiros internacionais e globais".

Portanto, a consideração do FMI, o BM, os doadores externos, em fim, a mão externa, com uma reputação incondicional são outras formas de viver de forma pacifica a política da vulnerabilidade.

A procura por aceitação internacionalmente denuncia o quão vulneráveis são os países em vias de desenvolvimento. Em parte, esta vulnerabilidade é acelerada pelos seus dirigentes políticos e todos os que se encontram em frente de todo o desenho político-institucional. Os países do Sul, em outros termos são facilmente seduzidos por termos bonitos, conceitos apelativos, como por exemplo "o governo poderoso é mau para a economia" Chang (2013, p. 21), ou por temos como "vamos injectar tantos bilhões de dólares para ajudar uma determinada área", etc. E como os estados em vias de desenvolvimento como é Moçambique, gostam de ser maus, ou seja, parecerem que são bons e muito competentes deixam-se moldar por esses discursos que ao fim de tudo arruínam as instituições, aumentam o nível de pobreza, e desestabilizam cada vez mais o tecido social.

Castells (1999, p. 154) argumenta que "os interesses e valores da maioria das elites políticas africanas e suas redes de patronagem são realmente um obstáculo", ou seja, que são o motor para vulnerabilizar as políticas e povos africanos. O sentimento de pertença do "Eu" nessas circunstâncias fica perdido em algum lugar a procura de algo que nunca basta, geralmente a perpetuação do poder e o aumento do dinheiro.

Nas discussões relacionadas ao desenvolvimento do Moçambique da actualidade discursos com veiculações aos conceitos de pobreza, miséria, escassez de recursos, desejo pelo desenvolvimento, entre outros, que num todo fazem emergir o que se pode chamar de subdesenvolvimento são os que mais são consumidos nas praças. Desta forma, existe uma política de supressão do desenvolvimento em nome do desenvolvimento e que se baseia no medo de lutar por todos, de recusar ofertas não benéficas, de evitar o enriquecimento não justo, etc. Portanto, "em toda a organização política ou sindical existe um fosso entre as massas que exigem a melhoria imediata e total de sua situação e os quadros que medindo as dificuldades susceptíveis de ser criadas pelo patronato, limitam e restringem suas reivindicações" Fanon (1961, p. 89). Essa história, perde todo o sentido a medida em que ninguém, tanto a sociedade, os políticos, e nem os doadores, procura criar desenvolvimento realmente virado para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora assistamos a uma mudança de estilo de vida em Moçambique, ainda muito precisa ser discutido, no sentido de encontrar melhorias sobre o que significa fazer política para o desenvolvimento social. Considerando os problemas contidos em primeiro lugar no (neo)liberalismo, entendemos que esses problemas criaram um síndrome político em Moçambique, que se transformou numa tradição se

focando mais na vulnerabilização do sistema político, na construção ideológica de que tudo está no caminho ideal (o que se resume na ideia de fazer de contas), assim como, na perpectuação ideológica de que a sociedade moçambicana tem uma característica vulnerável e de incapacidade de fazer mudanças profundas de prosperidade.

O medo de libertar o quadro político, a sociedade, e o medo de impor ordem para as instituições das quais Moçambique é dependente, reside nos corações de muitos políticos moçambicanos e no coração de maior parte da sociedade moçambicana. Não existe vitória não cooperada, não existe vitória acompanhada pela hipocrisia, não existe história feliz acompanhada constantemente de manipulações, obscurantismos, e sobretudo conexões de mentiras. Em outras palavras, existe um imperativo de criar melhores condições de oportunidades para todos (instituições transparentes, políticas abertas e funcionais para todos, igualdade em muitos aspectos e sobretudo liberdade para todos). O neoliberalismo abriu espaço de promoção do individualismo, da discriminação, das injustiças e da corrupção acentuada em Moçambique. Portanto, mais do que reajustar e seguir ordens neoliberais, os moçambicanos precisam de derrubar os medos internos de construção do desenvolvimento social, começando pela transparência a todos os níveis sociais, económicos e políticos.

Consideramos ainda neste trabalho que a vulnerabilidade é uma realidade criada em Moçambique. Este processo, começa dos gestores políticos, de instituições, e se espalha pela sociedade toda. A não eliminação deste mal, resultará sempre em conflitos que passarão de geração para geração. Para as próximas gerações, a situação poderá ser catastrófica, olhando pelo facto de que a sociedade moçambicana está cada vez mais a aumentar, e os recursos cada vez mais a escassear.

REFERÊNCIAS

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Assembleia da República, 1990.

MOÇAMBIQUE. **Política e Estratégia Comercial da República de Moçambique**. Maputo: Assembleia da República, 1998.

BRITO, L. D. "Discurso Político E Pobreza Em Moçambique: Análise de Três Discursos Presidenciais". *In*: BRITO, L. D. *et al*. (orgs.). **Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2010.

BRUNA, N. "Economia política da governação: Política económica de controle, manutenção e reprodução de poder". **Revista NERA**, vol. 20, n. 38, 2017.

CASTELLS, M. **Fim de Milênio**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTIANO, P. J. **A Liberdade do Neoliberalismo**: Leituras Críticas. Maputo: Editora Educar, 2018.

CHANG, H. J. **Maus Samaritanos**: O mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo. São Paulo: Editora Elsevier, 2007.

CHANG, H. J. **23 Coisas que não nos Contaram Sobre o Capitalismo - Os maiores mitos do mundo em que vivemos**: Como reconstruir a economia mundial. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.

FLICK, O. **Introdução à metodologia de Pesquisa**: Um guia para iniciantes. Porto Alegre: Editora Penso 2013.

FLORENTINO, D. K. **Globalização**: Receios dos Países em vias de Desenvolvimento. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, 1999.

GAMBLE, A. "Liberalism". *In*: RYAN, G. R. **The Concise Encyclopedia of Sociology**. Washington: Wiley - Blackwell, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HANLON, J. **Paz Sem Benefícios**: Como o FMI boqueia a reconstrução de Moçambique. Maputo: Nosso Chão, 1997.

HANS, A.; NILSSON, A. **Moçambique em Transição**: Um estudo de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Maputo: Padrigu, 1994.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo, História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOFMANN, K. "A Transformação Económica de Moçambique e as suas Implicações para a Segurança Humana". *In*: SILVA, T. C.; ARAÚJO, M. G.; SOUTO, A. N. (orgs.) **Comunidades Costeiras**: perspectivas e realidades. Maputo: CESAB, 2015.

MOÇAMBIQUE, B. D. **Relatório de Inclusão Financeira 2018**. Maputo: Gabinete de Inclusão Financeira, 2018.

NGOENHA, S. E. **Intercultura, Alternativa a uma Governação Biopolítica?** Maputo: Publifix, 2013.

NGOENHA, S.; CASTIANO, J. **Manifesto**: Por Uma Terceira Via. Maputo: Real Design, 2019.

SENHORAS, E. M. "Covid-19 e os padrões das relações nacionais e internacionais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

SENHORAS, E. M. "O campo de poder das vacinas na pandemia da Covid-19". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 18, 2021.

WEIMER, B.; CARRILHO, J. **A Economia Política da Descentralização em Moçambique**: Dinâmicas, Efeitos, Desafios. Maputo: IESE, 2017.

WEISS, L. "State Power and the Asian Crisis". *In*: KRIEGER, J. (ed.). **Globalization and State Power**. Washington: Pearson Education, 2006.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 12 | Nº 34| Boa Vista |2022

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima